

Clipping CARF

Matérias de jornais, revistas, sites e blogs que mencionam o CARF

Valor Econômico

Tribunal administrativo paulista tem novos julgadores

Valor Econômico - 18/02/2016

Laura Ignácio | De São Paulo

A Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (Sefaz-SP) oficializou os nomes dos novos juízes do Tribunal de Impostos e Taxas (TIT) para o biênio 2016-2017. O presidente é Oswaldo Faria de Paula Neto, consultor tributário da Fazenda paulista, e o vice-presidente, o advogado tributarista Augusto Toscano.

O TIT é um órgão semelhante ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), só que julga autos de infração relacionados a impostos estaduais - dentre os quais o principal é o ICMS.

Em 2015, o tribunal administrativo recebeu 5.632 processos, que totalizam R\$ 30,26 bilhões, somando impostos, multas e juros. No mesmo ano, encerrou 5.646 processos, que representam R\$ 19,26 bilhões.

Os nomes de todos os juízes foram divulgados por meio das Resoluções da Sefaz nº 15 e nº 16 e da Portaria da Coordenadoria de Administração Tributária (CAT) nº 19. Elas foram publicadas no Diário Oficial do Estado de terça-feira.

Como no Carf, o TIT é formado por representantes dos contribuintes e do Fisco. Eles julgam recursos contra autuações fiscais. O presidente da câmara julgadora, sempre um representante do Fisco, é quem desempata.

Segundo o novo presidente do TIT, as regras atuais do tribunal serão mantidas. "Aqueles que usam o tribunal valorizam sua estrutura conhecida e estável. Ele está num tamanho adequado ao volume de trabalho que temos", afirma.

No ano passado, foi concluída a implantação do processo eletrônico no tribunal. "Agora, a ideia é consolidar para manter um grau sempre elevado de transparência. O processo eletrônico estará sempre em aprimoramento", diz Paula Neto.

O presidente afirma que quando é aberto um parcelamento, por exemplo, milhares de contribuintes têm prazo para buscar informações sobre seus processos administrativos e decidir se vão incluir seus débitos no programa. "Passar rapidamente esses dados, eletronicamente, para o sistema é uma das melhorias a serem feitas", diz.

Folha de S.Paulo On Line

Advogado e procurador da República do caso Zelotes batem boca

RUBENS VALENTE
DE BRASÍLIA

O procurador da República que atua na Operação Zelotes, Frederico Paiva, e o advogado do lobista Alexandre Paes dos Santos, Marcelo Leal, bateram boca durante o intervalo de audiência de tomada de depoimentos de testemunhas que ocorre nesta quarta-feira (17) na 10ª Vara Federal de Brasília.

Leal não gostou de ter visto o procurador conversando com uma pessoa no corredor da 10ª Vara e foi indagá-lo se era uma das testemunhas que seriam ouvidas pelo juiz do caso, Vallisney de Souza Oliveira, o que, no entender do advogado, seria indevido. O procurador disse que não, mas reagiu à abordagem do advogado.

"O senhor passou do limite, o senhor passa dos limites", repetiu o procurador, em tom áspero. "Só que eu, como advogado, tenho o dever de defender meu cliente", argumentou Leal.

"O senhor se mantenha nos seus limites", retrucou Paiva. "É uma ameaça isso?", indagou o advogado. "Não é uma ameaça, é um conselho", respondeu o procurador.

No retorno da audiência para a continuidade do depoimento de uma das testemunhas, o procurador da República pediu ao juiz Oliveira para que fosse feita uma observação ao advogado a fim de manter "a urbanidade".

O juiz pediu que o respeito entre as partes fosse preservado na audiência. Leal alegou ter acreditado que a pessoa abordada por Paiva no corredor fosse uma testemunha. "Eu perguntei se ela era uma testemunha, porque se fosse testemunha, estaria sendo violado o sigilo das comunicações. E eu tenho o dever de zelar pelo processo. Eu, como advogado, luto por cada centímetro do direito do meu cliente", afirmou Leal.

Paiva disse que nunca abordou o advogado por vê-lo conversando com outra pessoa nos corredores. Ao dizer que também não abordou o cliente de Leal, Alexandre Paes dos Santos, o procurador fez uma observação que arrancou gargalhadas dos outros advogados: "Ele [Santos] que olhou para mim com uma cara esquisita".

Por fim, o procurador lamentou: "Eu caio nessas provocações e me sinto culpado".

Durante a audiência, o advogado Roberto Podval protestou contra sinais corporais do procurador que, no entender do defensor, estavam induzindo respostas da testemunha que estava sendo ouvida, Patrícia Pullen Parente, servidora da Receita Federal.

Paiva negou ter feito orientações e repetiu: "Prometi não cair em nenhuma provocação e vou tentar cumprir essa promessa".

Leia mais...

'Me sinto acuada', diz testemunha na Zelotes confrontada por advogados

Rubens Valente

Testemunha da Operação Zelotes por ter sido uma das autoras de relatório que descreveu atividades dos lobistas acusados de compra de medidas provisórias para o setor automotivo, Patrícia Pullen Parente, servidora da Receita Federal em Brasília, se disse "acuada" durante depoimento na manhã desta quarta-feira (17) na 10ª Vara Federal do Distrito Federal.

Patrícia, que atua na Corregedoria da Receita, prestou depoimento como testemunha arrolada pelo juiz federal Vallisney de Souza Oliveira. O relatório produzido pela Corregedoria é citado diversas vezes na denúncia do Ministério Público Federal contra 16 pessoas, das quais 15 são hoje réis no processo –seis estão presas.

Baseado na análise de e-mails e documentos apreendidos pela PF e em dados tributários, o relatório apontou indícios de que um grupo de lobistas atuou para obter as MPs por meio de pagamentos a agentes públicos.

Na audiência, Patrícia foi duramente confrontada por Marcelo Leal, advogado do lobista Alexandre Paes dos Santos. Leal indagou a ela se na Corregedoria da Receita havia algum código de ética que, a exemplo do dos advogados, pudesse impedir ao servidor "distorcer" dados ou declarações para "iludir o juiz".

Indagada pelo juiz se estava confortável com as perguntas, Patrícia respondeu: "Estou me sentindo acuada, ele está sugerindo que eu cometi algum [desvio ético]... As perguntas estão sugerindo. Meu relatório é técnico".

Ela manifestou contrariedade por ter ouvido um advogado na plateia dizer que as acusações no relatório da Receita "são feitas de forma irresponsável".

"Não foge à minha pergunta", disse Leal. Em outro ponto do depoimento, ele afirmou: "Vocês manipularam esses documentos [apreendidos]".

O advogado também argumentou diversas vezes que o grupo da Receita usou, para a produção do relatório, "a técnica do recorta e cola, do control C+control V".

EDUCAÇÃO

O juiz determinou a Leal que "baixasse a voz, seja educado", mas orientou Patrícia a responder às dúvidas. Dirigindo-se à servidora, disse: "Ele está confrontando o seu relatório. Não vejo nenhuma pergunta [indevida]. A senhora tem que enfrentá-lo. A senhora tem que responder às perguntas do seu relatório. É o momento de explicar, a denúncia fez referência a seu relatório várias vezes".

O advogado de Alexandre Paes dos Santos passou a ler diversos trechos do relatório e a indagar como o grupo da Receita e ela teriam chegado às conclusões de que houve crime na atividade dos lobistas. Patrícia defendeu o trabalho da Receita.

"É um relatório de análise, baseado em fatos, documentos. Está clara a utilização das mensagens e dos repasses financeiros", disse Patrícia.

A servidora afirmou que as investigações demonstraram que o grupo atuou em diversas frentes, incluindo o **Carf**, conselho vinculado ao Ministério da Fazenda que julga recursos protocolados por empresas contra multas aplicadas pela Receita.

"Havia aquelas [pessoas] que faziam a captação dos clientes e havia os que tinham trânsito -'posso chegar até eles'. O grupo se reúne para poder definir 'com quem podemos atuar'. Depois um segundo grupo, que podem ser as mesmas pessoas, fazia a cooptação e contratação. Se aproximava da empresa [cliente]. Um terceiro grupo se responsabiliza pela manipulação dos julgamentos [no **Carf**], como se conduzia os julgamentos no **Carf** para que o julgamento fosse favorável. E, enfim os pagamentos e a lavagem de dinheiro", disse Patrícia.

Leal protestou contra o fato de o relatório da Receita ter apontado que Alexandre Paes dos Santos é sócio de outro lobista, José Ricardo da Silva, na empresa SGR, uma das principais investigadas na suposta corrupção de membros do **Carf**.

Patrícia afirmou que a sociedade era "informal" e que há indícios sobre isso no processo, como um e-mail em que Santos fala de atividades empresariais do grupo de lobistas. "A sociedade informal está bastante clara", afirmou Patrícia.

"Nós destruimos o relatório. A imprensa tem que mostrar que o relatório foi baseado em suposições", disse Leal, no intervalo da sessão.

A audiência na 10ª Vara Federal do Distrito Federal foi suspensa por volta das 12h00, mas deverá ouvir mais três testemunhas nesta quarta-feira (17).

Receita quer arrecadar R\$ 10 bi com punição de sonegadores da Lava-Jato

Até o momento, já foram recuperados cerca de R\$ 6 bilhões, segundo o Fisco

Lágaro diz que já foram recuperados R\$ 6 bilhões dos desvios na Petrobras Sheyla Leal/ObritoNews/Fato Online

Informações divulgadas nesta quinta-feira (18) pela Receita Federal mostram que 484 procedimentos fiscais já foram instaurados desde o início da operação Lava-Jato (iniciada em 2014) e mais de R\$ 6 bilhões já foram recuperados pelo Fisco. Nesse valor, já estão inclusos imposto, juro e multa. De acordo com o subsecretário de fiscalização, Iágaro Martins, até 31 de dezembro do ano passado, R\$ 1,6 bilhão foi arrecadado. "Entretanto, mesmo antes da deflagração oficial da operação, nós já havíamos fiscalizado uma das empresas envolvidas no esquema e recuperado R\$ 4,6 bilhões", disse Martins.

Para o primeiro trimestre de 2016, ainda há previsão de abertura de mais cem novos processos contra pessoas físicas e jurídicas. A expectativa da Receita Federal é, até o final da operação, recuperar o montante de R\$ 10 bilhões. "Cada investigado aponta uma série de outras pessoas envolvidas no esquema. A gente vai conectando relacionamento e caminhando por uma grande ramificação", disse o coordenador geral de fiscalização, Flávio Vilela.

Leia mais: PF estima em R\$ 42 bilhões prejuízos da Petrobras com corrupção Dinheiro desviado da Petrobras começa a voltar pra casa Moro condena executivos da Mendes Júnior e manda empreiteira devolver R\$ 31,4 milhões

Lágaro Martins explicou que existem, hoje, quatro vertentes de fiscalização dentro da operação Lava-Jato. "As empreiteiras que superfaturam contratações, os diretores e pessoas que têm foro privilegiado, as empresas de fachada e os operadores de câmbio, também conhecidos como doleiros".

Continuam ainda neste ano, os trabalhos da Receita Federal dentro de outras operações especiais como a Ararath, responsável por apurar irregularidades por parte do governo de Mato Grosso, e a Zelotes, que investiga um esquema de corrupção no **Carf** (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais).

IstoÉ Dinheiro On Line

Crédito tributário cai 16,55% em 2015 para R\$ 125,6 bi, revela Receita Federal

Brasília - Com queda na arrecadação e com uma perspectiva otimista, a Receita Federal espera, em 2016, arrecadar R\$ 155,4 bilhões em créditos tributários oriundos de fiscalizações. Em 2015, as perspectivas de arrecadação do Fisco foram frustradas e chegaram a apenas R\$ 125,6 bilhões ante uma expectativa de R\$ 150 bilhões. O resultado foi 16,55% abaixo do aferido em 2014.

O subsecretário de Fiscalização, Iágaro Jung Martins, justificou o resultado pela queda de auditorias em função da diminuição do efetivo de auditores fiscais e reconheceu um problema entre a Advocacia-Geral da União e os auditores da Receita Federal. Fiquei frustrado com o resultado, mas só conseguimos isso quando temos um auditor na fiscalização com brio nos olhos, esse é um desafio que quero que se resolva logo para voltar com a faca nos dentes, disse Jung.

O balanço do 1º semestre de 2015 contou com um acréscimo de crédito tributário, mas essa alta não se confirmou no 2º semestre pela falta de

motivação maior para as operações, podíamos ter chegado à nossa expectativa inicial, afirmou.

Em 2016, o subsecretário afirma que espera voltar à normalidade das fiscalizações o mais rápido possível e recuperar os R\$ 25 bilhões que ficaram faltando no ano passado. Espero entregar 2016 e o que ficou faltando de 2015, destacou.

Para este ano, a Receita mira em operações de planejamento tributário vinculados a eventos de reorganização societária com geração de ativos amortizáveis, planejamento tributário envolvendo fundos de investimentos em participações, tributação de resultados auferidos em controladas e coligadas no exterior, sonegação envolvendo distribuição isenta de lucro, evasão nos setores de cigarro, bebidas e combustíveis, planejamento tributário envolvendo direito de imagens de profissionais e sonegação previdenciária por registro indevido de opção pelo Simples Nacional como as principais operações de fiscalização em 2016. Entre os lançamentos de 2015, 25% são pagos no primeiro ano e 2,5% entram nos cofres também no primeiro ano.

Entre os artifícios usados pelo Fisco para viabilizar a fiscalização está o intercâmbio de informações com as instituições financeiras, ação que pode ser julgada como inconstitucional hoje pelo STF. Se o STF julgar inconstitucional o recurso, a Receita não poderá cumprir acordos internacionais de troca de informação, afirmou Jung em referência, por exemplo, ao acordo que o Brasil tem com os Estados Unidos.

A Receita lembrou que em setembro do ano passado houve a primeira troca com os EUA baseada no FATCA e a Receita recebeu informações de brasileiros que têm rendimentos com um montante que superou os US\$300 milhões referentes a 2014. Sem esses acordos com as instituições financeiras, não estaremos só impedidos de encaminhar, mas também de receber, ressaltou Jung.

Lava Jato

Até o momento, já foram recuperados R\$ 6 bilhões em créditos tributários com a operação Lava Jato e a estimativa de Jung é de que, até o fim da operação, a Receita recupere R\$ 10 bilhões. Esse número pode diminuir a depender da decisão de hoje do Supremo, disse Jung.

A expectativa para 2016 é de que sejam instaurados mais 100 procedimentos fiscais na Lava Jato no primeiro semestre contra novas empresas e pessoas físicas. Até o momento, o Fisco já instaurou 484 procedimentos fiscais baseado em investigações da operação.

A Receita tem atuado em quatro vertentes de investigação na Lava Jato com um núcleo especializado em investigar as empreiteiras, maiores responsáveis por sonegação. Neste núcleo, a Receita conseguiu arrecadar R\$ 1,2 bilhão em crédito tributário durante a investigação. Os outros núcleos de investigação são as prestadoras de serviços fictícios, chamadas de noteiras, ex-diretores, políticos e as operadoras de câmbio fraudulento. Durante a operação, 77 auditores fiscais estão envolvidos com a operação em tempo integral.

Sobre a Operação Zelotes, a Receita reafirmou que está iniciando procedimentos contra uma série de pessoas envolvidas na Operação Zelotes. Segundo a Receita, as análises de informações externas e internas têm o objetivo de encontrar infrações em relação a decisões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) e a edição de Medidas Provisórias.

Em fevereiro, a Receita identificou inconsistências em quase 19 mil declarações do Simples Nacional, que tem uma alíquota média de 4%. Essas empresas estão sendo notificadas e têm até abril para regularizar e explicar ao Fisco as discrepâncias fiscais encontradas. Isso ainda não é infração, é

cruzamento de informação, mas estamos mostrando para eles que há uma diferença de informações, destacou o subsecretário.

O subsecretário defendeu ainda a repatriação de ativos de brasileiros no exterior que foi aprovada pelo Congresso Nacional. Segundo ele, essa não é uma jabuticaba brasileira e é um movimento que vem sendo feito em outras nações e ressaltou que a lei não permite que agentes públicos e cônjuges não possam participar dessas operações. Em 2018, estaremos cruzando informações financeiras com 100 países e vários desses países já fizeram esse movimento, disse.

Na avaliação de Jung, não vai virar uma lavanderia, já que só poderá ser repatriado recurso retirado do Brasil até 31 de dezembro de 2014. Ele destacou que caberá ao contribuinte apresentar informações necessárias para a realização da operação e que não cabe à Receita verificar a origem do dinheiro. Ninguém ficará sabendo as pessoas que fizeram a repatriação e, se em alguma investigação for descoberto que há uma fraude, a pessoa perde a anistia legal, justificou.

O secretário afirmou ainda que até março será editada uma instrução normativa para viabilizar as operações. Poderão ser repatriados recursos advindos de crime contra ordem tributária, evasão de divisas e lavagem de dinheiro.

Folha On Line

Receita espera recuperar R\$ 10 bilhões de envolvidos na Lava Jato

SOFIA FERNANDES DE BRASÍLIA

A Receita Federal espera recuperar R\$ 10 bilhões em impostos e multas do dinheiro desviado nas transações ilegais apuradas pela Operação Lava Jato.

Segundo o subsecretário de Fiscalização, Iágaro Jung Martins, até dezembro, foram recuperados R\$ 6 bilhões, sendo R\$ 4,6 bilhões referentes ao grupo Schahin.

Atualmente, estão na mira da Receita 421 empresas e pessoas ligadas ao esquema de corrupção envolvendo a **Petrobras**, entre elas empreiteiras, doleiros, ex-diretores de estatais, políticos e operadoras de câmbio. Esse número deve crescer. Ainda cabe recurso a esses sonegadores.

Só as empreiteiras envolvidas no esquema devem ao Fisco R\$ 1,2 bilhão. Há 77 auditores fiscais empenhados exclusivamente na Lava Jato.

De acordo com Flávio Vilela, coordenador geral de Fiscalização, a Receita pode rastrear conexão entre o alvo das investigações e toda a sua cadeia de relacionamentos. Pelo sistema, é possível chegar até a um sexto elo de contato do foco da fiscalização.

A Receita também tem concentrado esforços na Operação Zelotes, que apura compra de sentenças favoráveis no **Carf** (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) e de medidas provisórias, e também na Operação Ararath, que apura esquema de lavagem de dinheiro e outros crimes financeiros em Mato Grosso.

Estadão On Line

Arrecadação da Receita com fiscalização cai 16,55% em 2015, para R\$ 125,6 bilhões

Fisco espera, em 2016, arrecadar R\$ 155,4 bilhões em créditos tributários oriundos de fiscalizações

BRASÍLIA - Com queda na arrecadação e com uma perspectiva otimista, a Receita Federal espera, em 2016, arrecadar R\$ 155,4 bilhões em créditos tributários oriundos de fiscalizações. Em 2015, as perspectivas de arrecadação do Fisco foram frustradas e chegaram a apenas R\$ 125,6 bilhões ante uma expectativa de R\$ 150 bilhões. O resultado foi 16,55% abaixo do aferido em 2014.

O subsecretário de Fiscalização, Iágaro Jung Martins, justificou o resultado pela queda de auditorias em função da diminuição do efetivo de auditores fiscais e reconheceu um problema entre a Advocacia-Geral da União e os auditores da Receita Federal. Fiquei frustrado com o resultado, mas só conseguimos isso quando temos um auditor na fiscalização com brio nos olhos, esse é um desafio que quero que se resolva logo para voltar com a faca nos dentes, disse Jung.

O balanço do 1º semestre de 2015 contou com um acréscimo de crédito tributário, mas essa alta não se confirmou no 2º semestre pela falta de motivação maior para as operações, podíamos ter chegado à nossa expectativa inicial, afirmou.

Em 2016, o subsecretário afirma que espera voltar à normalidade das fiscalizações o mais rápido possível e recuperar os R\$ 25 bilhões que ficaram faltando no ano passado. Espero entregar 2016 e o que ficou faltando de 2015, destacou.

Para este ano, a Receita mira em operações de planejamento tributário vinculados a eventos de reorganização societária com geração de ativos amortizáveis, planejamento tributário envolvendo fundos de investimentos em participações, tributação de resultados auferidos em controladas e coligadas no exterior, sonegação envolvendo distribuição isenta de lucro, evasão nos setores de cigarro, bebidas e **combustíveis**, planejamento tributário envolvendo direito de imagens de profissionais e sonegação previdenciária por registro indevido de opção pelo Simples Nacional como as principais operações de fiscalização em 2016. Entre os lançamentos de 2015, 25% são pagos no primeiro ano e 2,5% entram nos cofres também no primeiro ano.

Entre os artifícios usados pelo Fisco para viabilizar a fiscalização está o intercâmbio de informações com as instituições financeiras, ação que pode ser julgada como inconstitucional hoje pelo STF. Se o STF julgar inconstitucional o recurso, a Receita não poderá cumprir acordos internacionais de troca de informação, afirmou Jung em referência, por exemplo, ao acordo que o Brasil tem com os Estados Unidos.

A Receita lembrou que em setembro do ano passado houve a primeira troca com os EUA baseada no FATCA e a Receita recebeu informações de brasileiros que têm rendimentos com um montante que superou os US\$300 milhões referentes a 2014. Sem esses acordos com as instituições financeiras, não estaremos só impedidos de encaminhar, mas também de receber, ressaltou Jung.

Lava Jato. Até o momento, já foram recuperados R\$ 6 bilhões em créditos tributários com a operação Lava Jato e a estimativa de Jung é de que, até o fim da operação, a Receita recupere R\$ 10 bilhões. Esse número pode diminuir a depender da decisão de hoje do Supremo, disse Jung.

A expectativa para 2016 é de que sejam instaurados mais 100 procedimentos fiscais na Lava Jato no primeiro semestre contra novas empresas e pessoas físicas. Até o momento, o Fisco já instaurou 484 procedimentos fiscais baseado em investigações da operação.

A Receita tem atuado em quatro vertentes de investigação na Lava Jato com um núcleo especializado em investigar as empreiteiras, maiores responsáveis por sonegação. Neste núcleo, a Receita conseguiu arrecadar R\$ 1,2 bilhão em crédito tributário durante a investigação. Os outros núcleos de investigação são as prestadoras de serviços fictícios, chamadas de noteiras, ex-diretores, políticos e as operadoras de câmbio fraudulento. Durante a operação, 77 auditores fiscais estão envolvidos com a operação em tempo integral.

Sobre a Operação Zelotes, a Receita reafirmou que está iniciando procedimentos contra uma série de pessoas envolvidas na Operação Zelotes. Segundo a Receita, as análises de informações externas e internas têm o objetivo de encontrar infrações em relação a decisões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) e a edição de Medidas Provisórias.

Em fevereiro, a Receita identificou inconsistências em quase 19 mil declarações do Simples Nacional, que tem uma alíquota média de 4%. Essas empresas estão sendo notificadas e têm até abril para regularizar e explicar ao Fisco as discrepâncias fiscais encontradas. Isso ainda não é infração, é cruzamento de informação, mas estamos mostrando para eles que há uma diferença de informações, destacou o subsecretário.

O subsecretário defendeu ainda a repatriação de ativos de brasileiros no exterior que foi aprovada pelo Congresso Nacional. Segundo ele, essa não é uma jabuticaba brasileira e é um movimento que vem sendo feito em outras nações e ressaltou que a lei não permite que agentes públicos e cônjuges não possam participar dessas operações. Em 2018, estaremos cruzando informações financeiras com 100 países e vários desses países já fizeram esse movimento, disse.

Na avaliação de Jung, não vai virar uma lavanderia, já que só poderá ser repatriado recurso retirado do Brasil até 31 de dezembro de 2014. Ele destacou que caberá ao contribuinte apresentar informações necessárias para a realização da operação e que não cabe à Receita verificar a origem do dinheiro. Ninguém ficará sabendo as pessoas que fizeram a repatriação e, se em alguma investigação for descoberto que há uma fraude, a pessoa perde a anistia legal, justificou.

O secretário afirmou ainda que até março será editada uma instrução normativa para viabilizar as operações. Poderão ser repatriados recursos advindos de crime contra ordem tributária, evasão de divisas e lavagem de dinheiro.